



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ACTA N.º 90/X/4.^a

Aos vinte e um dias do mês de Abril do ano dois mil e nove reuniu, pelas quinze horas e quinze minutos, na sala três, a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Apreciação e votação da Acta n.º 89;
2. Apreciação do Relatório da audiência concedida à CGTP-IN – União dos Sindicatos de Castelo Branco pelo Grupo de Trabalho das Audiências da 11.ª Comissão em conjunto com um Grupo de Trabalho da Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional;
3. Apreciação e votação do Relatório Final da Petição n.º 432/X-3.ª, da iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos, que solicita a alteração do teor do n.º 1 do artigo 10º do Decreto da Assembleia n.º 173/X, aditando ao mesmo uma alínea g), com a seguinte redacção: g) grupo da administração tributária – Deputada relatora: Esmeralda Salero Ramires (PS);
4. Nomeação de Deputado autor de parecer para as seguintes iniciativas:
 - **Projecto de Lei n.º 691/X (PCP)** – *Estabelece o regime de tripulação das embarcações auxiliares de transporte de passageiros (PS);*
 - **Projecto de Lei n.º 721/X (NInsc_JPC)** - *Cria um regime excepcional, a vigorar em 2009 e 2010, para a antecipação do pagamento, a pedido dos trabalhadores, dos subsídios de férias e de natal (PSD);*
 - **Projecto de Lei n.º 725/X (PCP)** - *Altera o complemento solidário para idosos tornando mais justa a sua atribuição (CDS-PP);*
 - **Projecto de Lei n.º 727/X (PCP)** - *Repõe o regime sancionatório das contra-ordenações laborais (PS);*
 - **Projecto de Lei n.º 728/X (PCP)** - *Cria o seguro obrigatório por morte ou incapacidade dos motoristas de transportes rodoviários de passageiros (BE);*
 - **Projecto de Lei n.º 729/X (BE)** - *Altera a Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, que aprova a revisão do Código do Trabalho (PS);*
 - **Projecto de Lei n.º 730/X (PS)** – *Introduz e regula e recolha e o tratamento de dados sobre «deficiências» no mapa de quadro de pessoal previsto na legislação específica (PCP);*



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

5. Agendamento da discussão do Projecto de Resolução n.º 457/X (PCP) - *Aumento do salário mínimo nacional*;
6. Apreciação e votação do Requerimento apresentado pelo PSD em 14 de Abril de 2009 – Audição do Senhor Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social;
7. Apreciação do Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP- Sobre a Proposta de Lei nº 88/X, que regulamenta o Código do Trabalho na parte em que este se refere aos acidentes de trabalho e doenças profissionais.
8. Outros assuntos.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Alberto Arons de Carvalho (PS), iniciou a reunião submetendo à votação a Acta número oitenta e nove, a qual foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PCP.

No segundo ponto da Ordem de Trabalhos foi apreciado o relatório da audiência concedida à CGTP-IN – União dos Sindicatos de Castelo Branco e aprovadas as diligências nele sugeridas.

No ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, a Senhora Deputada Esmeralda Salero Ramires (PS) apresentou o relatório final da Petição n.º 432/X/3.^a, da iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos, que *solicita a alteração do teor do n.º 1 do artigo 10.º do Decreto da Assembleia n.º 173/X, aditando ao mesmo uma alínea g), com a seguinte redacção: g) grupo da administração tributária*, concluindo pela sua remessa ao Senhor Presidente da Assembleia da República para efeitos de agendamento da sua apreciação em Plenário. Submetido à votação, foi o relatório final aprovado por unanimidade.

No quarto ponto da Ordem de Trabalhos, das seguintes iniciativas legislativas foram designados autores dos pareceres, respectivamente, os seguintes Senhores Deputados: relativamente ao Projecto de Lei n.º 691/X (PCP), que baixou à 9.^a Comissão, a Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) disse que indicaria posteriormente o Deputado autor do parecer solicitado; do Projecto de Lei n.º 721/X (NInsc_JPC) foi designado o Deputado Miguel Santos (PSD); do Projecto de Lei n.º 725/X (PCP) foi indicado Pedro Mota Soares (CDS-PP); dos Projectos de Lei n.ºs 727/X e 729/X (BE) foi designada a Deputada Teresa Moraes Sarmiento (PS); do Projecto de Lei n.º 728/X (PCP) foi indicada a Deputada



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Mariana Aiveca (BE) e do Projecto de Lei n.º 730/X (PS) foi designado o Deputado Jorge Machado (PCP).

No quinto ponto da Ordem de Trabalhos ficou agendada a discussão do Projecto de Resolução n.º 457/X (PCP) para a próxima reunião ordinária da Comissão.

No sexto ponto da Ordem de Trabalhos, e uma vez que o requerimento do PSD solicitando a vinda do Senhor Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social à Comissão para apresentar as linhas gerais da Proposta de Lei relativa ao Código Contributivo já tinha sido tratado em traços gerais na última reunião pelo Senhor Deputado Miguel Santos (PSD), interveio o Senhor Deputado Adão Silva (PSD) reforçando a importância de ter lugar na Comissão um debate técnico e profundo sobre aquele tema.

O Senhor Presidente, antes de dar a palavra aos demais Deputados inscritos, recordou que o Senhor Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social tinha confirmado a sua presença na reunião que aquela Comissão iria agendar para o próximo dia 19 de Maio, pelas 15 horas, ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do RAR.

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) assinalou que também o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tinha curiosidade em ouvir, na Comissão, os esclarecimentos do Senhor Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social sobre o Código Contributivo mal o diploma dê entrada na Assembleia da República, o que, aliás, é da praxe, não parecendo adequado que o faça agora, numa fase em que ainda se discute o anteprojecto com os parceiros sociais.

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) interveio de seguida para lembrar que, aquando do Código do Trabalho de 2003, vários responsáveis do Governo vieram ao Parlamento discutir aquela matéria, antes mesmo de a Proposta de Lei em questão ter dado entrada na Assembleia da República, concluindo que tal procedimento não foi errado.

O Senhor Deputado Miguel Santos (PSD) comentou que a argumentação da Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) revelava o exercício da força da maioria mas não o exercício da razão, perspectivando-se, em sua opinião, um debate apressado do Código Contributivo.



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O Senhor Deputado Arménio Santos (PSD) considerou que não tinha validade o argumento apresentado no sentido de que o projecto de diploma está em sede de concertação social porque o que se tem verificado é que o Governo tem reunido individualmente com cada confederação sindical e patronal a propósito do Código Contributivo. Recordou em seguida que o Código Contributivo foi uma decorrência do Acordo Social celebrado em 2006 e que, entretanto, passaram cerca de três anos. De seguida, apelou ao PS para que esta matéria fosse tratada posteriormente às próximas eleições legislativas por considerar inoportuna a sua apreciação no presente momento.

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) também lamentou que se tivessem perdido cerca de três anos mas fez saber que, segundo a informação de que dispunha, no final do mês de Abril o Código Contributivo daria entrada na Assembleia da República.

O Senhor Deputado Adão Silva (PSD) interveio de novo para registar que há a intenção de a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública promover a audição do Senhor Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social depois de a Proposta de Lei que aprova o Código Contributivo dar entrada na Assembleia da República, o que, se espera, ocorrerá até ao final do mês em curso.

O Senhor Presidente da Comissão considerou então haver consenso quanto à vinda do Senhor Ministro do Trabalho àquela Comissão, depois de o Código Contributivo dar entrada na Assembleia da República, pelo que se tornava desnecessário proceder à votação daquele requerimento.

Passando ao sétimo ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente informou que, apesar de o PS ter pedido o adiamento para a próxima reunião do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP no qual é solicitado que seja apreciada a continuidade da discussão, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 88/X (GOV) e discutido se a mesma tem ou não cabimento regimental e constitucional, o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) tinha manifestado interesse em intervir.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) começou por dizer que a Proposta de Lei n.º 88/X (GOV) levanta questões que, do ponto de vista regimental e até constitucional, deviam ter uma resposta, ao fazer referência a artigos do anterior Código do Trabalho, já



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

revogado. Daí que, na sua opinião, aquela proposta de lei deva ser retirada e apresentada nova iniciativa legislativa, o que permitiria desencadear a respectiva apreciação pública.

A Senhora Deputada Esmeralda Salero Ramires (PS), apesar de ter solicitado o adiamento da discussão do requerimento para a próxima reunião, disse que não há razão para que, de cada vez que é alterado um determinado artigo, se promova a audição pública quanto ao novo texto.

No último ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente informou da necessidade de ser agendada uma reunião extraordinária para a próxima quinta-feira, dia 23 de Abril, pelas 14 horas e 30 minutos, para apreciação e votação do parecer da Senhora Deputada Teresa Moraes Sarmiento (PS) a respeito das iniciativas legislativas que, sobre a lei que aprovou a revisão do Código do Trabalho, vão ser debatidas na reunião plenária de sexta-feira.

Deu igualmente conta de que, em virtude de as jornadas parlamentares do Bloco de Esquerda decorrerem nos dias 27 e 28 de Abril, em Braga, a próxima reunião ordinária da Comissão vai ter lugar na quarta-feira, dia 29 de Abril, pelas 10 horas e 30 minutos.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Comissão deu por encerrada a reunião às dezasseis horas e quinze minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 29 de Abril de 2009.

O PRESIDENTE,

Alberto Arons de Carvalho



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Alberto Arons de Carvalho
Arménio Santos
Costa Amorim
Esmeralda Salero Ramires
Isabel Coutinho
Jorge Machado
Maria Cidália Faustino
Maria José Gamboa
Mariana Aiveca
Miguel Laranjeiro
Miguel Queiroz
Miguel Santos
Pedro Mota Soares
Pedro Quartin Graça
Fernando Negrão
Maria de Lurdes Ruivo

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Custódia Fernandes
Isabel Santos
Jorge Strecht

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar a seguinte Senhora Deputada:

Helena Oliveira